

Pastore: política monetária é intocável.

Como Delfim Neto, o presidente do BC garante que a inflação vai cair, e adverte: "Ninguém deve esperar que a política monetária se ajuste à inflação".



Para Delfim Neto, os limites de crédito serão respeitados. E Pastore garante que a correção não muda.

A dívida em atraso não passa de US\$ 1,4 bi. É o que diz o BC.

— Vocês vão cair para trás. Os compromissos externos do País em atraso não passam de US\$ 1,4 bilhão — anunciou ontem, satisfeito, o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano (foto). O presidente do BC, Afonso Celso Pastore, informou que, depois do carnaval, o governo enviará ao board do Fundo Monetário Internacional (FMI) a quinta carta de intenção, com a posterior distribuição do documento à imprensa.

Em consequência da queda no volume de compromissos atrasados, Madeira Serrano assegurou que, no final deste mês, o BC vai simplesmente "abolir" a resolução 851 para acabar com toda centralização cambial. Após completado o ingresso dos US\$ 3 bilhões iniciais do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, reiterou que o BC liberará todas as operações cambiais, até por considerar que não há margem para aumentar as importações de bens não-essenciais ou as remessas de lucros e dividendos ao Exterior.

Os acordos concluídos com o FMI e os banqueiros, a redução dos atrasados e o superávit comercial de US\$ 1,2 bilhão nos dois primeiros meses do ano aumentaram o otimismo no diretor do BC: "Há uma melhora sensível, com desempenho positivo na balança comercial e na conta de serviços, o que reduz o déficit em conta-corrente. Tudo está mais do que correspondendo à expectativa. O País já tem recursos suficientes para fechar o balanço de pagamentos deste ano".

— Está tudo funcionando como relógio — afirmou Madeira Serrano, para negar a existência de dificuldades burocráticas na efetivação de contratos de créditos comerciais

e interbancários. Embora a diretoria da área externa do BC sofra com os pedidos de aposentadoria ou de licença de funcionários qualificados, Madeira Serrano explicou que o uso de computadores agilizou a burocracia dos contratos de financiamentos.

Comitê

A chegada dos membros do Subcomitê de Economia do Comitê Renegociador da Dívida, chefiados por Douglas Smee, do Banco de Montreal, na próxima quarta-feira, nada tem que ver, segundo o diretor do BC, com eventuais problemas na conclusão da fase 2. Para Madeira Serrano, Smee vem executar a rotineira tarefa de coleta de dados "para reportar aos bancos credores".

Ao contrário de informações chegadas do Exterior e até reveladas por dirigentes de bancos estrangeiros no País, o diretor do BC garantiu que o Japão não impõe nenhuma restrição ao Brasil e "até teve desempenho brilhante na montagem da fase 2 da renegociação". Ele admitiu somente pendência na divisão das fatias do bolo de US\$ 1 bilhão que organismos oficiais dos países desenvolvidos precisam complementar de financiamentos a importações brasileiras.

Pastore disse que vai cuidar dos problemas internos antes de se preocupar com o início da fase 3 para a renegociação da dívida a vencer a partir de 1985. Madeira Serrano afirmou que o atual governo deixará pronto o programa de renegociação para os governantes que assumirão em março de 1985. O diretor do BC observou que só o tempo dirá como os dois governos — o atual e o futuro — poderão trabalhar juntos na renegociação da dívida, mas reconheceu que a sucessão preocupa os credores: "Mudança de governo sempre traz preocupações, e a sucessão no Brasil não foge à regra".

— Todo mundo vai ter que entender que é necessário reformular a política de reajuste de preços, porque não vamos transigir em nada a política monetária.

Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, para quem a inflação de 12,3% de fevereiro apenas reforçou a tese de que a atual política monetária é intocável. Na sua opinião, "a inflação terá de cair de acordo com o arrocho monetário e ninguém deve esperar que a política monetária se ajuste à inflação".

Pastore também disse que ainda "não há nada dentro do governo para mudar a correção monetária, que continuará ao nível da inflação".

Por sua vez, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, afirmou que "a inflação vai ceder mais cedo ou mais tarde, porque eliminamos suas causas". Delfim disse isso ontem em Porto Alegre, em entrevista ao jornal Zero Hora. Segundo ele, "há um componente fisiológico muito importante na inflação alta". Também disse que os limites de crédito fixados no orçamento monetário serão "rigorosamente respeitados", assegurando ainda que os compromissos assumidos com o FMI estão sendo cumpridos: "Mostremos que atingimos todos os objetivos, em dezembro, e vamos atingir todos os objetivos até 31 de março".

Ao falar sobre a inflação, Delfim disse imaginar "que as pessoas pensam que nós vamos realmente continuar financiando somente preços". Porém, segundo ele, isso não vai acontecer, salientando que as pessoas estão sentindo a falta de crédito "porque os preços subiram mais depressa do que o crédito".

O ministro garantiu que o crédito não irá subir mais: "Os preços é que têm que subir menos". Para Delfim, o importante é que "a sociedade entenda que o Brasil não está fazendo ajustamento estrutural; o balanço de pagamentos continua se ajustando muito depressa".

Delfim prevê "uma boa notícia" com relação ao superávit comercial de fevereiro e disse que o objetivo fixado, de US\$ 9 bilhões, será alcançado. "Resta-nos agora, resolver o problema da inflação", admitiu, acrescentando que o País também está substituindo a importação de petróleo por produção interna.

O ministro também informou que "estamos com um controle dos meios de pagamento e conduzindo o déficit público praticamente a zero, de forma que ela (a inflação), não terá mais oxigênio para se alimentar".

Na mesma entrevista, Delfim Neto disse que há intenção do governo em ampliar a faixa de crédito para as pequenas e médias empresas, junto ao Banco do Brasil, "deslocando uma parte do crédito", pois o volume do crédito total "tem de

continuar sob controle". O ministro disse ainda que a agricultura continua sendo prioridade "número um do presidente Figueiredo" e que, apesar das dificuldades, "não vão faltar os recursos necessários nem para a colheita nem para a comercialização".

Sobre esse último item, Delfim assegurou que o governo está preocupado e que "fará tudo o que for necessário" para que a comercialização "não só seja normal, mas que possamos defender os preços, de forma que a agricultura possa continuar-se capitalizando".

Controle rigoroso

Em fevereiro, o saldo da base monetária — emissão primária de moeda — caiu em torno de 1%, após a expansão de 2,2% em janeiro, o que favoreceu a meta de crescimento de 2% no primeiro trimestre do ano, esclareceu o presidente do Banco Central. Pastore disse que o resultado preliminar de fevereiro ajustou o rumo da política monetária de 50% e que o controle monetário continuará rigoroso só para que a inflação ceda e, em consequência, descartou qualquer revisão das metas do orçamento monetário.

O presidente do BC deverá passar o carnaval em Brasília, para estudar as alternativas que permitam o financiamento à comercialização da atual safra agrícola com o menor impacto possível sobre a base monetária. Segundo ele, "ainda não há decisão pronta". Pastore também negou estudos sobre mecanismos capazes de reduzir os efeitos inflacionários da correção monetária.

Comportamento previsível

O secretário de Planejamento do Estado, José Serra, disse ontem que já considerava previsível que a inflação não registrasse um declínio no ritmo que se esperava, em virtude dos reajustes dos preços, da inflação corretiva e do aumento dos impostos.

— Do ponto de vista da escola monetarista — explicou — e dos economistas mais ortodoxos, que acreditam que o desemprego e a capacidade ociosa da indústria podem dobrar a inflação, a frustração é completa. Frustração maior, no entanto, é de grande parte da população, dos Estados e dos municípios, que estão duramente comprimidos entre os males da recessão e do desemprego, de um lado, e de aumento voraz dos preços e do custo de vida, do outro.

Serra reclamou também que "infelizmente a tendência é descartar os efeitos mais duros do programa do FMI sobre os Estados e municípios e o Estado de São Paulo está, sem dúvida, entre os mais afetados". Ao fazer um balanço econômico de 83, Serra afirmou que o saldo foi bastante positivo em termos absolutos e que serviu para dar um testemunho do que o PMDB pode fazer.